

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS INICIAIS DA VELHA REPÚBLICA (1890 - 1901): MARCAS HISTÓRICAS DO IDEÁRIO DAS REFORMAS BENJAMIN CONSTANT E EPITÁCIO PESSOA

Rhebecca Samilly Tinoco Barreto ¹
Elidiane Francisca da Silva ²
Makarios Maia Barbosa ³
Maria Inês Sucupira Stamatto ⁴

RESUMO

O período histórico da Primeira República ou República Velha (1889-1930) foi marcado por intensas transformações na sociedade brasileira, quando se estabelecem os princípios pedagógicos que estruturaram a educação brasileira republicana. Neste campo, diferentes perspectivas ideológicas se propuseram a pensar a organização da educação, inclusive, com a consolidação de reformas educacionais, construídas por diferentes linhas de pensamento. O presente trabalho aborda o contexto histórico da primeira metade da República Velha e duas de suas primeiras reformas educacionais: Benjamin Constant (1890) e Epitácio Pessoa (1901), para, a partir da análise dos marcos definidos por estas reformas, compreender os rumos que se definira para a educação nacional. A relevância do presente estudo analítico se justifica pelo aporte crítico do pensamento que organizou estas reformas, (re)significando os princípios que nortearam a prática educacional republicana. Assim, objetiva-se, aqui, discutir as principais propostas e mudanças históricas no contexto nacional da educação brasileira empreendidas por intermédio dessas reformas, para se compreender o ideário que, à época, definiu a educação como uma ferramenta indispensável à formação de cidadãos e, conseqüentemente, à construção de um país aos moldes das nações republicanas positivistas. Para operar tal análise, adotamos a pesquisa bibliográfica e a análise do conteúdo de fontes documentais como principal viés metodológico. Com vistas à compreensão da dinâmica social e das mudanças que se operaram no período estudado - e sua influência ao longo do tempo -, acreditamos que a base conceitual pela qual optamos nos orienta ao entendimento da importância de se analisar a história a partir da abordagem das práticas, significados e valores culturais de uma determinada sociedade, em um recorte temporal, sendo assim, a presente pesquisa se fundamenta nas perspectivas teóricas da História Cultural e da História da Educação, sobretudo, a partir de Burke e Falcon.

Palavras-chave: Educação Brasileira, Velha República, Reformas Educacionais, Positivismo.

INTRODUÇÃO

O período de instauração do regime republicano no Brasil foi marcado por intensas mudanças nos diversos segmentos da sociedade, reconfigurando a estrutura do país. Nesse cenário, o contexto educacional também passou por transformações, sendo

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/UFRN; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. E-mail: barretosamilly3@gmail.com;

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/UFRN; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. E-mail: elidianeefran@gmail.com;

³ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/UFRN; Professor Adjunto do Dep. de Artes da UFRN. E-mail: makarios.barbosa@ufrn.br;

⁴ Professora Orientadora e Titular do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CE/UFRN; Dr.ª do quadro permanente do PPGED/UFRN. E-mail: stamattoines@gmail.com.

marcado pela consolidação de diversas reformas, cada qual com o seu modo de enxergar a educação, trazendo propostas alinhadas às concepções dos reformistas.

Partindo desse pressuposto, o presente estudo possui como objetivo discutir as mudanças no contexto da educação brasileira empreendidas por intermédio das reformas educacionais de Benjamin Constant (1890) e Epitácio Pessoa (1901) ocorridas no período inicial da Primeira República (1889-1930).

A partir desse objetivo, no percurso investigativo foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, através do levantamento nas bases de dados “SciELO” e “Google Acadêmico”, privilegiando trabalhos que discutam tais temáticas. Para mais, fundamenta-se na História Cultural e na História da Educação, com base em Falcon (2006) e em A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro (Viscardi; Alencar, 2016).

Diante disso, este estudo contribui com os estudos historiográficos da educação brasileira, com vistas a propiciar reflexões sobre o processo de reestruturação do sistema educacional nos primeiros anos da República Velha. Nessa perspectiva, o objetivo aqui proposto não busca esgotar todas as repercussões e mudanças ocorridas nesse recorte temporal, provocadas pelas reformas educacionais da época, mas destacar os pontos históricos para se compreender o ideário que, à época, definiu a educação como uma ferramenta indispensável à formação de cidadãos e, conseqüentemente, à construção de um país aos moldes das nações republicanas positivistas.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotada na presente investigação segue os pressupostos da pesquisa bibliográfica, assim como da análise do conteúdo de fontes documentais, assumindo, portanto, caráter qualitativo.

Uma investigação de cunho qualitativo produz resultados não alcançados por métodos quantificáveis, priorizando a análise interpretativa dos dados do fenômeno social, sem se preocupar com os números, explorando as experiências e significados do objeto de estudo (Strauss; Corbin, 2008, p. 23-24). Por sua vez, a pesquisa bibliográfica é um método de investigação que consiste na coleta e análise de informações já publicadas sobre um determinado tema. Segundo Gil (2017, n.p) tem como “principal vantagem [...] o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Esse tipo de

pesquisa serve para embasar teoricamente um estudo, identificar lacunas no conhecimento existente e contextualizar a pesquisa sobre ao que já foi feito.

Nessa perspectiva, realizamos um levantamento bibliográfico nas bases de dados “SciELO” e “Google Acadêmico”, considerando os seguintes descritores: Primeira República AND Reformas educacionais; Primeira República AND Benjamin Constant; além de Primeira República AND Epiácio Pessoa. No percurso, utilizamos como critérios de inclusão: pesquisas publicadas em português e que se concentram em discutir sobre as respectivas reformas educacionais que ocorreram no período inicial republicano. Sendo assim, optamos por excluir os trabalhos que focalizam as demais reformas para além das de Benjamin Constant e Epiácio Pessoa.

Adicionalmente, analisamos as leis e decretos que levantam as definições para a educação da época. Nesse sentido, selecionamos o decreto nº 981, de 08 de novembro de 1890 e o decreto n. 3.890, 01 de janeiro de 1901, referentes às reformas supracitadas, os quais permitiram um olhar mais centrado para compreender as propostas dos reformadores e como a educação se configurava à época.

Por fim, para operar as análises dos trabalhos selecionados, das leis e dos decretos da época, inspiramo-nos nas abordagens teóricas da História Cultural e da História da Educação, considerando, sobretudo, os estudos de Peter Burke e Francisco Falcon, compreendendo o processo histórico da construção da sociedade como sendo moldado pelo contexto social, cultural, social, político e econômico.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na perspectiva do uso da História Cultural como arcabouço teórico-metodológico, buscou-se entender como algumas formas culturais usuais, vividas no episódio da educação brasileira da Primeira República. Especialmente, buscou-se compreender as representações simbólicas e relações de poder, presentes nos elementos culturais, que se expressam e se transformam no fluxo desse tempo, com ênfase nas práticas cotidianas de acolhimento das reformas educacionais.

A metodologia de abordagem desse período da história da educação brasileira, vislumbrada a partir de Burke (2005) e Falcon (2006), em nosso estudo, contribui na relativização das grandes narrativas, isto é, na afirmação de dada desconfiança em relação às explicações generalizantes, encontradas na base bibliográfica estudada. O que

nos oportunizou abordagens mais localizadas e específicas, que consideram as complexidades e ambiguidades da experiência cultural.

Um dos principais aspectos que destacamos é o conceito de *representações* (Burke, 2005), que abrange não apenas artefatos culturais, mas também comportamentos, gestos e discursos. A partir desse conceito, efetuamos uma análise da situação histórica vivida na Primeira República a partir de fontes variadas, tanto nos documentos oficiais, quanto em uma literatura complementar. Com isso, pudemos aventar entender a mentalidade de uma época.

Neste sentido, foi a partir desta noção de *intertextualidade* (Burke, 2005), abordando outros artefatos culturais, que acessamos o conteúdo intrínseco das reformas estudadas, reconhecendo os pontos derivativos que nelas se organizaram, as rupturas e continuidades. Foi através da dimensão comparativa, estratégia da História Cultural, que nos propusemos a análise de diferentes culturas e épocas para identificar tanto continuidades quanto rupturas culturais.

Da mesma forma, conforme encontrado em Falcon (2006), a relação entre a História Cultural e a História da Educação deve ser enfrentada em uma perspectiva mais ampla, que inclua práticas culturais e representações sociais, em vez de restringi-la a um campo isolado. O autor enfatiza que a história da educação deve ser vista como um componente essencial para a compreensão da formação cultural de uma sociedade, e que ela deve adotar uma abordagem interdisciplinar, dialogando com a história cultural para explorar novos objetos de estudo e metodologias mais integradas.

O engenho metodológico da história cultural, com seu caráter multidisciplinar, nos possibilitou a concentração em práticas e representações culturais que influenciam o desenvolvimento educacional no Brasil do começo da República.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período da Primeira República diversas foram as propostas para se pensar a organização da educação na época, marcadas, inclusive, pela consolidação de reformas educacionais idealizadas por vários reformistas. Buscando discutir os principais pontos levantados e quais os rumos que a educação seguia neste momento, serão apresentados os principais pontos defendidos pelas reformas e seus idealizadores, sendo estas conhecidas como: reforma educacional de Benjamin Constant (1890) e a reforma de Eptácio Pessoa (1901), considerando os construtos dos seguintes trabalhos

selecionados: Cartolano (1994); Palma Filho (2005); Andrzej (2011); Silva (2014); Silva (2018); Darius e Darius (2018); Paula e Carvalho (2020) e Alves e Souza (2021).

A Reforma Benjamin Constant (1890)

No período da Primeira República, a educação passou a ser vista como uma questão indispensável para se pensar o progresso do país. Assim, o desenvolvimento da educação contribuiria para que o país pudesse avançar na nova estrutura democrática republicana. À vista disso, foram tomadas medidas como a instauração dos “grupos escolares” e a implementação de diversas reformas voltadas para a educação.

A primeira reforma consolidada foi a Reforma da Instrução Pública Primária e Secundária para o Distrito Federal. Oficializada por intermédio do Decreto nº 981, de 08 de novembro de 1890, ficou popularmente conhecida como a Reforma Benjamin Constant, responsável por idealizar novas propostas pedagógicas bem como pela propagação de novas ideias e formas para se organizar a educação brasileira.

Benjamin Constant foi um oficial do Exército brasileiro e defensor dos ideais positivistas, reconhecido como um dos organizadores do movimento militar que levou ao fim da monarquia e à implantação do regime republicano. Ele ocupou cargos importantes, como o de ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, contribuindo para as políticas educacionais do país, seguindo ideais positivistas (Palma Filho, 2005; Silva, 2018).

O percurso histórico traçado por Benjamin e o contexto sociocultural em que estava inserido influenciaram sobremaneira a sua forma de enxergar a educação e suas propostas para este campo. Considerando que a matriz das suas ideias se fundamentava no pensamento do filósofo francês Augusto Comte (Silva, 2018), é de se esperar que a sua visão de educação também fosse influenciada pelo positivismo, enxergando nessa concepção uma forma de progressão econômica do país. Afinal, Constant via a educação como um ponto chave para a progressividade (Silva; Machado, 2014).

Adicionalmente, a transição do império para o regime republicano impulsionou a separação do Estado e Igreja, acarretando em uma cisão entre o poder religioso e o poder laico (Cartolano, 1994). A partir disso, o ensino foi assumindo cada vez mais o caráter de um ensino leigo e laico em todos os seus níveis. Somado a isso, Cartolano (1994) aponta que a reforma de Constant explicitou ainda a liberdade do ensino para todos os graus, tendo sido considerada uma conquista importante para o contexto educacional, pois favorecia a liberdade de culto e de consciência.

A Reforma de Constant, apesar de abordar questões fundamentais da educação, introduziu a desobrigação do ensino, eliminando a obrigatoriedade da educação conforme estabelecido pela Constituição da época. Isto reforçou a ideia de que o Estado não se preocupava em garantir acesso educacional a todas as camadas sociais, privilegiando apenas as classes mais favorecidas e elitizadas da sociedade. Sendo assim:

Se de fato houvesse interesse do Estado pela difusão da instrução elementar, a obrigação escolar deveria ser corolário da gratuidade, uma vez que num país como o Brasil, de desenvolvimentos econômicos tão díspares, somente a garantia de expansão da escola pública obrigatória, pelo menos dos 7 aos 14 anos, viria atender às exigências e às necessidades do novo tempo que emergia. (Cartolano, 1994, p. 60)

A reforma de Constant trouxe contribuições e maneiras de organizar os ensinos primário e secundário. Cabe pontuar que a educação de instrução primária ficava sob a responsabilidade dos Estados, ou destes juntamente com os municípios, que cuidavam não apenas da organização, mas também dos métodos didáticos (Cartolano, 1994). Por outro lado, a instrução secundária ficava sob o encargo dos Estados e do governo federal, bem como da iniciativa privada (Cartolano, 1994). No caso da instrução elementar poder ser cuidada pela iniciativa privada, abria possibilidade para que a Igreja e os particulares também pudessem ter o direito de manter as escolas, mas sem deter o maior número das mesmas (Cartolano, 1994). Contudo, as mudanças ocorridas não restringem-se a estas, tendo sido pensadas estratégias específicas para os ensinos.

No que tange o ensino primário, este foi alvo de muitas propostas e mudanças. Dentre estas, faz-se preciso destacar a criação dos grupos escolares, tendo sido uma medida que em muito impactou a estrutura da educação primária da época, estendendo-se a períodos históricos posteriores. De acordo com Alves e Souza (2021), embora a ideia dos grupos escolares tenha sido gestada no período imperial, foi apenas no período republicano que os mesmos vieram surgir, na última década do século XIX.

Os grupos escolares contribuíram com uma nova perspectiva de estruturação para o ensino primário, diferenciando-se das escolas isoladas. O modelo de organização dos grupos era focado em um viés mais moderno e sistemático, com o objetivo de padronizar e melhorar a qualidade do ensino. A partir da criação dos grupos escolares, o funcionamento do ensino primário e das escolas públicas passou a se concentrar em prédios específicos, passando a ser de responsabilidade do Estado a criação dos prédios escolares em prol de atender as demandas do ensino (Darius; Darius, 2018).

A organização de cada grupo escolar contava com a existência de classes seriadas e sequenciais, separadas por série e idade, além de possuir organização interna hierarquizada, uma vez que contava com a figura de professores e diretores responsáveis por fiscalizar a figura docente e garantir a disciplina e compreensão da organização do tempo, sendo um dispositivo de racionalidade na organização não somente disciplinar, mas também pedagógica (Alves; Souza, 2021). Quanto ao currículo, houve uma ampliação deste, ocorrida por intermédio de disciplinas de caráter enciclopédico (Darius; Darius, 2018) e estruturado.

Cabe mencionar ainda que os grupos foram criados no estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas foram sendo expandidos para outros com o passar dos anos. A existência dos grupos foi tão significativa que estes só deixaram de existir em 1971, trazendo impactos para se pensar não somente a constituição e organização do ensino primário, favorecendo principalmente reflexões sobre a educação e democratização.

As ideias provenientes da reforma de Constant para o ensino primário, organizou-o em dois ciclos e categorias, sendo de 1º e 2º grau. O ciclo de 1º grau era responsável por admitir os alunos entre 7 a 13 anos de idade, enquanto a categoria de 2º grau responsabilizava-se pelos alunos de 13 a 15 anos (Brasil, 1890). Quanto ao currículo, o regulamento da reforma instituiu disciplinas de estudo para o 1º grau como: leitura e escrita; ensino da língua portuguesa; aritmética e aplicações práticas, elementos da história e geografia, especialmente do Brasil; instrução moral e cívica (Brasil, 1890).

Por outro lado, as disciplinas regulamentadas para o 2º foram: caligrafia; português; elementos da língua francesa; estudo complementar de aritmética; álgebra elementar; geometria; trigonometria; história e geografia; instrução moral e cívica etc. (Brasil, 1890). A instrução moral e cívica não era um curso distinto, devendo ocupar constantemente o mais alto grau de atenção dos professores (Brasil, 1890). Diante dessa organização, o ensino passou a ser seriado e seguia uma sequência lógica, indo do mais simples para o mais geral, passando a exigir certificados de conclusão dos estudos primários, emitidos apenas com a conclusão e aprovação no ensino (Cartolano, 1994).

Ademais, a respeito do ensino primário, convém salientar que nas propostas pedagógicas da reforma, Constant defendia ainda a perspectiva do método intuitivo para o ensino. Este método possibilitava pensar a educação de maneira um tanto quanto distinta da vertente tradicional, pois privilegiava as curiosidades e experiências no percurso de ensino e aprendizagem, favorecendo, portanto, a atuação mais ativa por

parte dos alunos. De modo geral, este método buscava privilegiar a espontaneidade, a participação, as experiências e curiosidades do aluno (Cartolano, 1994).

Sobre as propostas pedagógicas para o ensino secundário, é possível dizer que houve mudanças, principalmente no currículo. De acordo com Palma Filho (2005), Constant buscou manter a parte tradicional do currículo, permanecendo o estudo do grego e do latim. No entanto, a sua proposta era que a parte principal do currículo estivesse relacionada às ciências tidas como fundamental, seguindo a ordem lógica positivista (Palma Filho, 2005). O ensino secundário seria um curso integral com duração de 7 anos, organizando-se nos moldes, conforme (Palma Filho, 2005, p. 3):

- 1º ano - aritmética (estudo completo) e álgebra elementar (estudo completo);
- 2º ano - geometria preliminar, trigonometria retilínea e geometria espacial;
- 3º ano - geometria geral e seu complemento algébrico, cálculo diferencial e integral (limitado ao conhecimento das teorias rigorosamente indispensáveis ao estudo da mecânica geral propriamente dita);
- 4º ano - mecânica geral;
- 5º ano - física geral e química geral;
- 6º ano - biologia;
- 7º ano - sociologia e moral, e noções de direito pátrio e de economia política.

Nota-se a presença de um forte intelectualismo no ensino secundário. Isto se deve ao fato de que Constant inspirava-se em ideias da realidade europeia, norte-americana e do positivismo, priorizando a ciência e o pensamento científico (Cartolano, 1994). Palma Filho (2005) discorre que essa organização do ensino não chegou a ser seriamente ensaiada, pois sua revogação foi solicitada graças ao seu elevado grau intelectual.

Embora não fosse o eixo central do reformista, o ensino superior também passou por uma reestruturação no período. Palma Filho (2005) aponta que o mesmo se responsabilizava por cursos politécnicos, de direito, de medicina e militar, havendo nesse período um alargamento do seu acesso, assim como a defesa de que os diplomas emitidos por cursos superiores particulares tivessem o mesmo valor que os emitidos pelas instituições públicas e federais.

Diante disso, fica claro que, por mais que essa reforma tenha dado foco para o Distrito Federal, devido a sua abrangência e importância ela passou a ser concebida como referência para as demais reformas que ocorreram posteriormente (Cartolano, 1994). Embora seus feitos não tenham abarcado toda a população, especialmente as

camadas populares, centrando-se na elite, as propostas pedagógicas da Reforma de Constant foram basilares para a época e para se pensar a educação daquele período.

A Reforma Epiácio Pessoa (1901)

O paraibano Epiácio Lindolfo da Silva Pessoa foi responsável pela reforma educacional de 1901, o mesmo, que na época da reforma ocupava o cargo de Ministro do Interior (Justiça e Educação) do governo Campos Sales (1898-1902), teve um percurso considerável na política brasileira, como promotor público, procurador da república, deputado federal, senador e Presidente da república.

Retomar o passado político do reformista, assim como perceber os passos que sucedem o momento da reforma torna-se importante uma vez que, as reformas educacionais realizadas na primeira república sempre estiveram diretamente ligadas aos pensamentos e concepções políticas dos reformistas, de tal modo, pode-se perceber através desse breve levantamento, os caminhos pensados por Epiácio Pessoa e relacionar com os seus ideais, compreendendo desse modo, de maneira mais ampla, as relações de tal reforma com a postura política do mesmo.

Assim, compreendendo as proposições feitas por Benjamin Constant, a reforma proposta em 1901 buscava corrigir alguns pontos e adaptar o ensino para as realidades de cada região, intervindo principalmente na formação secundária. Assim, Epiácio::

[...] assinalava nova fase na evolução do ensino secundário brasileiro, em seguimento ao período iniciado pela reforma B. Constant. Comparada com esta última, ela não é apenas uma nova reforma, mas, sobretudo, representa mudança radical do sentido da atuação federal em face do ensino secundário de todo o país. Essa mudança se retrata em dois pontos principais: a consolidação da equiparação, ao Colégio Pedro II, tanto dos colégios particulares quanto dos estabelecimentos estaduais, e sua transformação em instrumento de rigorosa uniformização de todo o ensino secundário nacional. (Silva, 1969, p. 258 *apud* Palma Filho, 2010, p.4).

Nesse sentido, a equiparação do Ginásio Nacional (antigo colégio Pedro II) buscava uniformizar o ensino secundário em todo o país e ofertar possibilidades a um número maior de pessoas, como disposto no Código Epiácio Pessoa, definindo no seu artigo 361 que o poderá o Governo conceder os privilégios dos estabelecimentos federais congêneres ao ensino superior, secundário fundados pelos Estados, Distrito Federal ou associação (Decreto n. 3.890, 1901)

Muitos estudiosos apontam o acerto de tal iniciativa, mencionando este como um passo fundamental para as transformações ocorridas a partir dele, por descentralizar o

ensino e dar extensão a esse, também por alterar a questão da frequência e incentivar a presença na escola. É possível observar esse pensamento de acordo com Kulesza (2011, p. 88): “A reforma do paraibano Epitácio Pessoa baixada pelo decreto federal n. 3.890, de 1º de janeiro de 1901, constituiu um passo decisivo nessa direção exatamente por significar uma extensão e um aprofundamento do estatuto da equiparação”. A autora aponta ainda a importância da reforma na valorização da frequência e consequentemente no combate ao esvaziamento dos colégios oficiais equiparados.

No entanto, há um forte embate as mudanças propostas na reforma, principalmente por parte dos componentes do Curso de Farmácia, que sentem o impacto das mudanças propostas pelo reformista, uma vez que esta alterava os exames obrigatórios ao ingresso dos estudantes, assim como o conteúdo necessário para formação, de tal forma, acreditava-se que afetaria diretamente a qualidade da formação dos farmacêuticos, como pode-se compreender:

No tocante aos estudos iniciais para a matrícula nos cursos farmacológicos, o citado Código do ensino reduziu os preparatórios [...]. Não parou por aqui, foi além: reduziu o curso que era de três anos, aduz, suprimindo as cadeiras de física médica, de química analítica e toxicologia e fundindo outras em uma única (Ouro Preto, 1907 *apud* Paula; Carvalho, 2020, p. 7).

Pode-se dizer que esta reforma ofertou contribuições significativas, mas também causou inquietações e logo foi revogada. Alguns autores teceram críticas à proposição de Epitácio pois compreendiam que este buscava uma mudança que ia além do modelo educacional, pois precisava alcançar o pensamento e comportamento dos estudantes para ser efetiva, algo que, apenas com esta reforma, parecia longe de tornar-se possível.

Essas duas reformas e as demais que seguem, de modo geral não alcançam o objetivo de democratizar a educação, tendo em vista que a própria sociedade ainda não seguia esse conceito e conservava os ideais elitistas, exigindo uma educação singular àqueles que compunham a classe elevada da sociedade e contrapondo-se aos ideais que fugissem dessa formação privilegiada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, nota-se que o contexto histórico da Primeira República caracterizou-se por intensas transformações políticas, sociais e econômicas. No seio de diversas mudanças, o campo da educação obteve lugar de destaque, uma vez que passou

a ser visto como indispensável para se pensar o progresso e modernização do país. Sendo assim, os ideais que influenciaram a percepção de educação estavam alinhados com os pensamentos positivistas e republicanos, privilegiando o conhecimento científico e a ordem social, visando a construção de uma identidade nacional.

A reforma de Benjamin Constant foi a que mais deixou marcos significativos para se pensar, principalmente, o ensino primário e secundário da época. De maneira sistematizada, suas principais propostas estavam voltadas para a defesa do ensino leigo e laico; da liberdade do ensino, a liberdade de culto e de consciência; assim como a utilização do método intuitivo. Todas essas propostas foram importantes para o desenvolvimento educacional do país. No entanto, essa reforma defendeu a desobrigação do ensino, demonstrando o desinteresse do Estado no acesso e permanência das classes populares à educação. Embora não tenha privilegiado todas as classes, ainda assim, esta foi uma reforma com propostas inovadoras e necessárias para se pensar o presente e futuro da educação do país.

Por outra perspectiva, a reforma educacional de Epiácio Pessoa, embora revogada pouco tempo depois, representou um marco na história da educação brasileira. Ao buscar uniformizar e elevar a qualidade do ensino secundário, a reforma contribuiu para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos, além de abrir caminho para debates importantes sobre o papel da educação na sociedade. Apesar de não ter sido possível a implementação efetiva naquele período, alguns ideais da reforma refletiram em outras e foram retomados posteriormente, como o sentido próprio para o ensino secundário presente na reforma de 1925.

Portanto, é possível concluir, que essas duas reformas educacionais da Primeira República contribuíram com o estabelecimento dos alicerces para o futuro desenvolvimento do sistema educacional no Brasil. Juntamente com as demais reformas que as sucedem, deram início a debates cruciais sobre o envolvimento do Estado na promoção da educação e sobre questões relacionadas à acessibilidade, qualidade e justiça no ensino. Apesar de não terem atingido todos os seus objetivos, contribuíram para a criação de um sistema educacional mais democrático ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. República Federativa do. Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 mar. 2024.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARTOLANO, M. T. P. **Benjamin Constant (1890) e hoje?** In: *Proposições*, v. 5, n. 3, p. 54-75, 1994.

DARIUS, R. P. P.; DARIUS, F. A. **A educação pública no Brasil no século XX: considerações à luz da formação dos grupos escolares e do manifesto dos pioneiros da educação nova.** *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 32-41, jan./jun. 2018.

FALCON, F. J. C. **História cultural e história da educação.** In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, ago. 2006. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000200011>

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas S.a., 2010.

KULEZSA, W. A. **O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba.** In: *Revista Brasileira de História e Educação*, Campinas, v. 11, n. 2 (26), p. 81-102, mai./ago. 2011.

PALMA FILHO, J. C. **A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930).** In: *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação*, 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 49-60.

PAULA, L. S. de; CARVALHO, R. A. de. **As reformas educacionais na Escola de Farmácia de Ouro Preto (1890-1911).** In: *Acta Scientiarum. Education*, v. 42, n. 1, p. e45136, 2 mar. 2020.

SILVA, D. H. da; MACHADO, M. C. G. **O Método de Ensino Intuitivo e a política educacional de Benjamin Constant.** In: *Revista Eletrônica de Educação*, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 198–211, 2014. DOI: 10.14244/19827199836. Disponível em:
<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/836>. Acesso em: 23 mar. 2024.

STRAUSS, Anselm A.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VISCARDI, C. M. R.; ALENCAR, J. A. **A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.